

# Sumário

## Apresentação

## Disposições preliminares

1 Campo de aplicação da Lei 8.112

2 Conceito de servidor público

3 Conceito de cargo público

Questões comentadas

## Provimento, vacância, remoção, redistribuição e substituição

1 Provimento

1.1 Disposições gerais

1.2 Nomeação

1.3 Concurso público

1.4 Posse

1.5 Exercício

1.6 Estágio probatório

1.7 Estabilidade

1.8 Readaptação

1.9 Reversão

1.10 Reintegração

1.11 Recondução

1.12 Disponibilidade e aproveitamento

2 Vacância

3 Remoção

4 Redistribuição

5 Substituição

Questões comentadas

## Direitos e vantagens

- 1 Vencimento e remuneração
- 2 Vantagens
  - 2.1 Indenizações
    - 2.1.1 Ajuda de custo
    - 2.1.2 Diárias
    - 2.1.3 Indenização de transporte
    - 2.1.4 Auxílio-moradia
  - 2.2 Gratificações e adicionais
    - 2.2.1 Retribuição pelo exercício de função de direção, chefia e assessoramento
    - 2.2.2 Gratificação natalina
    - 2.2.3 Adicionais de insalubridade, periculosidade e de atividades penosas
    - 2.2.4 Adicional por serviço extraordinário
    - 2.2.5 Adicional noturno
    - 2.2.6 Adicional de férias
    - 2.2.7 Gratificação por encargo de curso ou concurso
- 3 Férias
- 4 Licenças
  - 4.1 Licença por motivo de doença em pessoa da família
  - 4.2 Licença por motivo de afastamento do cônjuge
  - 4.3 Licença para o serviço militar
  - 4.4 Licença para atividade política
  - 4.5 Licença para capacitação
  - 4.6 Licença para tratar de interesses particulares
  - 4.7 Licença para o desempenho de mandato classista
- 5 Afastamentos
  - 5.1 Afastamento para servir a outro órgão ou entidade
  - 5.2 Afastamento para exercício de mandato eletivo
  - 5.3 Afastamento para estudo ou missão no exterior
  - 5.4 Afastamento para servir em organismo internacional de que o Brasil participe ou com o qual coopere
  - 5.5 Afastamento para participação em programa de pós-graduação *stricto sensu* no país

- 6 Concessões
- 7 Tempo de serviço
- 8 Direito de petição
- Questões comentadas

### Regime disciplinar

- 1 Introdução
- 2 Deveres
- 3 Proibições
- 4 Acumulação
- 5 Responsabilidades
- 6 Penalidades
- Questões comentadas

### Processo administrativo

- 1 Disposições gerais
- 2 Sindicância
- 3 Afastamento preventivo
- 4 Processo disciplinar
  - 4.1 Revisão do processo
- 5 Processo administrativo sumário
- Questões comentadas

### Seguridade social do servidor

- 1 Disposições gerais
- 2 Benefícios
  - 2.1 Aposentadoria
  - 2.2 Auxílio-natalidade
  - 2.3 Salário-família
  - 2.4 Licença para tratamento de saúde
  - 2.5 Licença à gestante, à adotante e licença-paternidade
  - 2.6 Licença por acidente em serviço
  - 2.7 Pensão
  - 2.8 Auxílio-funeral

Lei 8.112/90 Esquematizada

2.9 Auxílio-reclusão

3 Assistência à saúde

Questões comentadas

Disposições gerais

Questões comentadas

Referências bibliográficas

# Apresentação

No âmbito dos concursos públicos, o estudo da Lei 8.112 revela-se de fundamental importância para todos os candidatos que almejam a aprovação em um cargo público da esfera federal.

E isso ocorre na medida em que a norma em questão é a responsável por estabelecer o *regime jurídico dos servidores públicos civis da União*. Por regime jurídico entende-se o conjunto de deveres, obrigações, responsabilidades e direitos que acompanham o servidor público durante o desempenho de suas funções.

Como diversas são as previsões estabelecidas pelo texto da Lei 8.112, a presente obra foi desenvolvida com o objetivo de explicar e detalhar todos os artigos do Estatuto Federal.

Para facilitar o entendimento, serão utilizados diversos exemplos de situações do cotidiano, possibilitando assim que o leitor, ao ler o texto da norma, associe a previsão legal com um caso concreto. Com isso, a compreensão da matéria é feita de forma muito mais eficiente, possibilitando uma melhor compreensão e aumentando consideravelmente o índice de acertos em provas de concursos.

Para que isso ocorra, em diversas passagens do livro será feito uso da seção “**Exemplificando**”, que irá retratar uma situação concreta relativa ao artigo que está sendo comentado.

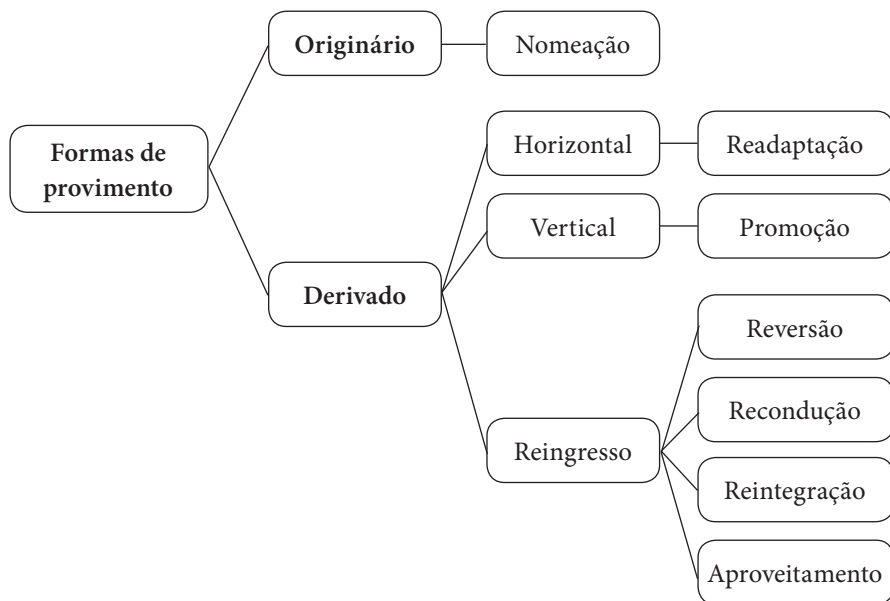
## Exemplificando

Rafael, de 17 anos, possui o desejo de exercer o cargo de **técnico** judiciário em um Tribunal Regional do Trabalho. Para alcançar seu objetivo, ele estuda, diariamente, por aproximadamente 4 horas.

*Com a publicação do edital, poderá Rafael prestar o concurso, mesmo não tendo atingido a idade legalmente exigida para o exercício de cargo público?*

Certamente que sim! E isso porque todos os requisitos exigidos apenas devem ser comprovados no momento da posse. Quando esta ocorrer, Rafael já deverá ter completado a idade de 18 anos, sob pena de não ser possível o seu ingresso como agente estatal.

Nos pontos mais importantes da lei, bem como naqueles em que as questões sejam exigidas com maior intensidade pelas bancas organizadoras, será feito uso, ainda, de gráficos elaborados com a finalidade de facilitar a memorização:



Além dos comentários a todos os artigos da Lei 8.112, será feito uso, quando necessário, da *jurisprudência dos tribunais superiores (STF e STJ)*, possibilitando o acerto das questões que não se resumam à literalidade da norma.

Para consolidar o aprendizado, teremos, ao longo da obra, a resolução de inúmeras questões, todas comentadas e elaboradas pelas principais bancas organizadoras (ESAF, Cespe, FCC, FGV). Tais questões estarão presentes de duas formas: *a) intercaladas com a teoria e b) ao término de cada capítulo.*

Com isso, espera-se que o concursando, após a leitura desta obra, tenha plenas condições de *gabaritar* todas as questões que exijam o conhecimento da mencionada norma.

*O autor*